



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
22ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 9º ANDAR - SALA 915, SÃO
PAULOSP - CEP 01501-900

SENTENÇA

Processo nº: **1035451-26.2024.8.26.0100**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações**
 Requerente: _____

Requerido: _____

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira

Vistos.

Trata-se de ação de revisão contratual com pedido de devolução de valores proposta por _____ em face de _____.

Alega, em síntese, que firmou contrato de plano de saúde na modalidade coletivo por adesão com a ré. Aduz que os reajustes anuais operados pela demandada são desarrazoados e ultrapassam a porcentagem autorizada pela Agência Nacional de Saúde para os contratos individuais/familiares. Requer o afastamento dos reajustes anuais aplicados de 2022 a 2024, com incidência apenas dos índices anuais autorizados pela ANS para os contratos individuais para o mesmo período, e a condenação das rés à devolução dos valores cobrados a maior nos últimos três anos. Há pedido de antecipação de tutela para redução do valor da mensalidade.

O pedido de tutela de urgência é indeferido (fls. 33/34). Contra essa decisão é interposto agravo de instrumento, ao qual é negado provimento (fls. 214/221).

A ré é citada e apresenta contestação. Alega, preliminarmente, prescrição, ilegitimidade passiva e litisconsórcio passivo. No mérito, sustenta a legalidade dos reajustes aplicados e defendem que a ANS não tem competência para fixar reajuste em planos coletivos por adesão, como o plano da autora, pois eles são negociados diretamente entre a seguradora, a administradora do plano e a pessoa jurídica contratante (entidade de classe). Alegam que a sinistralidade é o resultado da divisão entre todos os sinistros do grupo pelo total das mensalidades arrecadadas; enquanto o reajuste de VCMH – variação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
22ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 9º ANDAR - SALA 915, SÃO
PAULOSP - CEP 01501-900

dos custos médico hospitalares decorre da variação do preço de honorários, diárias, coberturas, tecnologia e medicamentos. Diz que os dois tipos de reajuste são necessários para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Requer a improcedência dos pedidos (fls. 40/66).

Réplica, às fls. 204/213.

O feito é saneado, às fls. 222/224, , as preliminares são afastadas e é determinada prova pericial atuarial para verificação da regularidade dos reajustes aplicados ao caso.

Laudo pericial apresentado, às fls. 401/433, seguido de manifestação das partes, às fls. 439/440 e 467/469.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Foi fixado como ponto controvertido a regularidade dos reajustes de sinistralidade e de VCMH anuais aplicados pela ré, considerada a necessária proporção com o incremento da sinistralidade e do aumento dos custos.

O artigo 16, incisos VII, alínea “b”, e XI, da Lei nº 9.656/98, permite a criação de planos de saúde em regime de contratação coletivo, determinando, ainda, que o instrumento regulador do negócio jurídico traga os critérios de reajuste dos valores pagos.

Em cumprimento à disposição legal, o documento de fls. 83/189 traz, nas cláusulas 15 e 16, os parâmetros a serem observados para fins de majoração do prêmio, sem especificação de percentuais (fl. 137/139).

Apesar dessa possibilidade dos planos de saúde possuírem autonomia para estabelecer, em contrato, os índices próprios de reajuste de mensalidades do seguro-saúde, o aumento procedido pelas rés, no caso dos autos, mostra-se abusivo, pois não foram apresentados os parâmetros que justificaram os respectivos reajustes aplicados, havendo, desse modo, excessiva onerosidade a uma das partes, causando patente desequilíbrio do contrato.

Pelo princípio da mutualidade, o custeio dos tratamentos médico-hospitalares levados a efeito em favor dos aderentes compete à administradora ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
22ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 9º ANDAR - SALA 915, SÃO
PAULOSP - CEP 01501-900

seguradora, mediante contraprestação mensal, o que torna indispensável a efetivação de cálculos atuariais, sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, razão pela qual é imprescindível a revisão da contraprestação pactuada, para evitar a resolução contratual por onerosidade excessiva a uma das partes, a teor dos artigos 478 e 479 do Código Civil.

A revisão da contraprestação destina-se a restabelecer o equilíbrio contratual, não sendo vedada de plano. Todavia, vale observar que, contrariando as determinações do Código de Defesa do Consumidor, especialmente o artigo 6º, inciso III, as rés não prestaram informações adequadas ao segurado, nem mesmo em sua contestação ou durante a realização da prova pericial, relativas ao aumento da sinistralidade e dos custos médico-hospitalares, que justificassem a majoração da mensalidade, obrigação que, além disso, decorria dos próprios termos do negócio jurídico.

Consoante apurado pela perita (fls. 431):

"A perícia conclui que os documentos acostados e analisados nesta seção não apresentam justificativa técnica para os reajustes anuais aplicados nos anos de 2022 a 2024 por não apresentarem validação contábil, solicitada no Termo de Diligência acostado à fls. 320-321."

O artigo 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor, considera como abusiva, e, portanto, nula de pleno direito, a elevação de preços de serviços sem justa causa para tanto.

Os estudos de mercado e a proporcionalidade do custo de serviço e da prestação são regras que devem ser observadas não apenas quando da contratação, mas, também, durante a execução do contrato, a fim de se assegurar a boa-fé objetiva que se espera nas relações contratuais, especialmente em contratos de seguro.

Não comprovados os critérios que serviram à aplicação dos reajustes de sinistralidade ao contrato em tela, sem apresentação de documentos suficientes ou cálculo atuarial que pudesse servir de amparo aos reajustes realizados, mostra-se a majoração abusiva, sendo cabível, por analogia, a utilização dos índices da ANS aplicados aos contratos individuais, valendo observar que o contrato da autora é coletivo por adesão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
22ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 9º ANDAR - SALA 915, SÃO
PAULOSP - CEP 01501-900

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para: a) declarar a nulidade dos reajustes econômico-financeiros (VCMH) e por sinistralidade praticados pela ré entre os anos de 2022 e 2024; b) determinar a substituição dos índices aplicados pelas rés, nesse período, pelo da ANS para contratos individuais; e c) condenar a ré à restituição dos valores pagos a maior pela autora, acrescidos de correção monetária, desde os respectivos desembolsos, e acrescidos dos juros de mora, a partir da citação, por ser contratual a relação, a teor do artigo 405, do Código Civil, dos últimos três anos contados da propositura da ação.

Respeitados os termos iniciais supra referidos, até agosto de 2024, a correção monetária será calculada pelo INPC (antigo índice da tabela prática), e os juros moratórios serão de 1% ao mês; a partir de setembro de 2024, a correção monetária será calculada pelo IPCA, e os juros moratórios serão calculados pela taxa SELIC, com desconto do IPCA, na forma dos artigos 389, parágrafo único, e 406, § 1º, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 14.905/24.

Configurada a probabilidade do direito, aferida com grau de certeza nesta instância, e diante do perigo de dano, consistente na possibilidade de tornar excessivamente oneroso o pagamento das mensalidades do plano de saúde pela autora, concedo, neste momento, a tutela de urgência, para que a ré ajuste, no prazo de quinze dias, o valor do prêmio aos termos da presente sentença, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, até o limite inicial de R\$ 50.000,00.

Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais e de honorários advocatícios de 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, aguarde-se por cinco dias eventual pedido de cumprimento de sentença. Após, tomadas as medidas pertinentes para a cobrança das custas devidas, ao arquivo, observadas as cautelas legais. P.I.C.

São Paulo, 19 de dezembro de 2025.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
22ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 9º ANDAR - SALA 915, SÃO
PAULOSP - CEP 01501-900

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1035451-26.2024.8.26.0100 - lauda 5